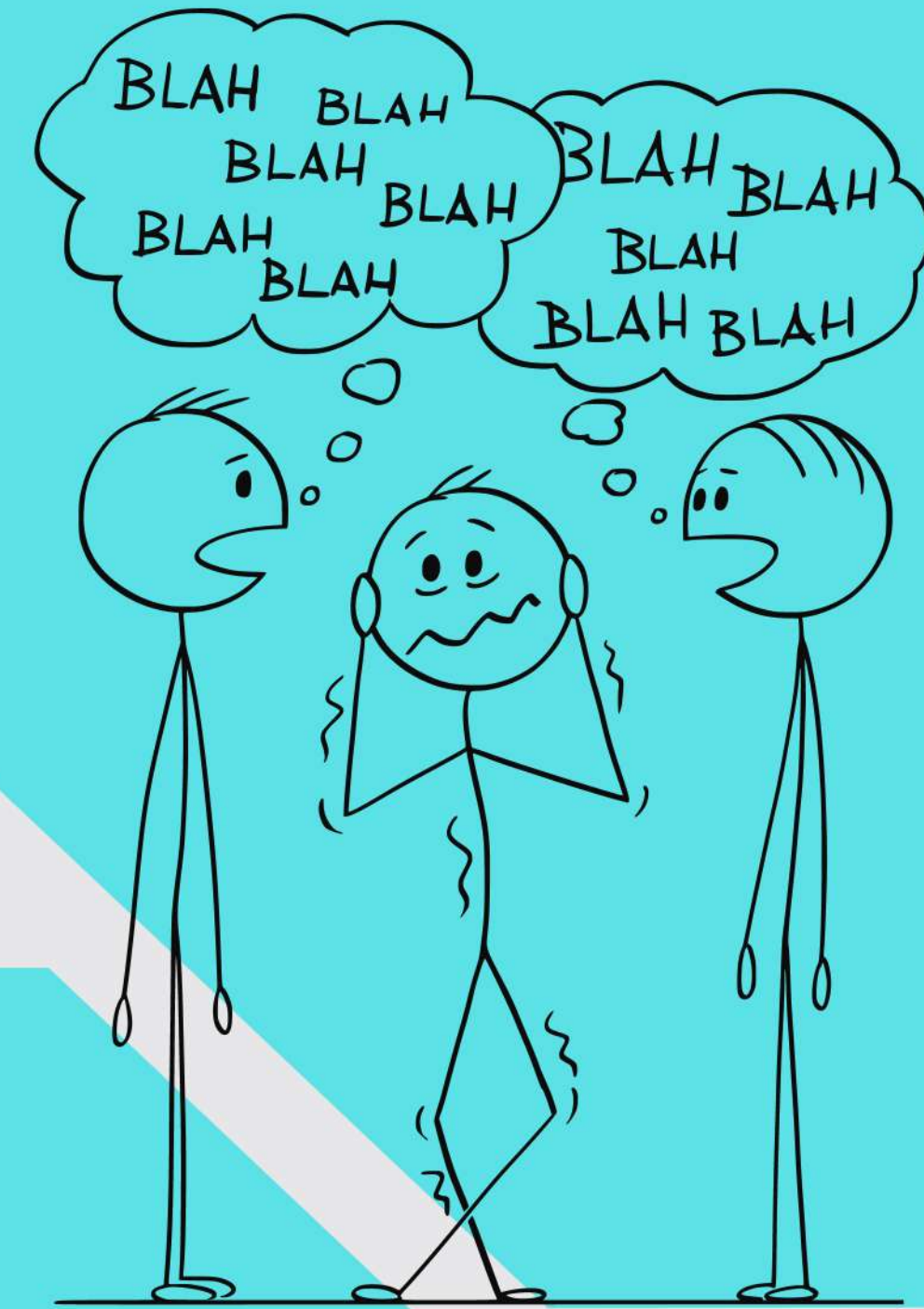


Resumo do relatório legislativo, das reuniões deliberativas e destaque no vídeo da reunião

3x1

PROPOSTA DE

ALISSON BRUNO

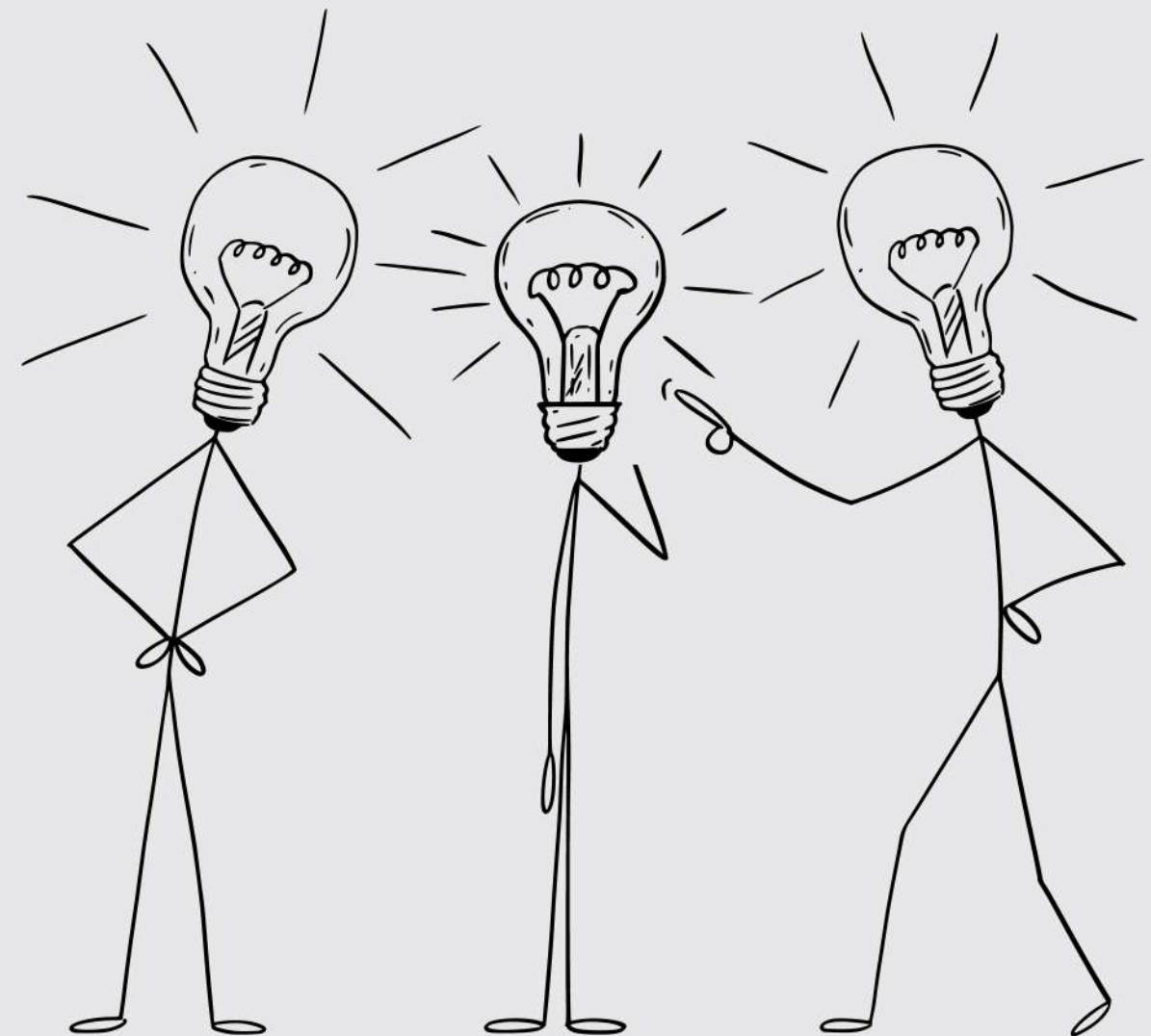


São 3 propostas independentes e harmônicas entre si

A - Resumo do relatório

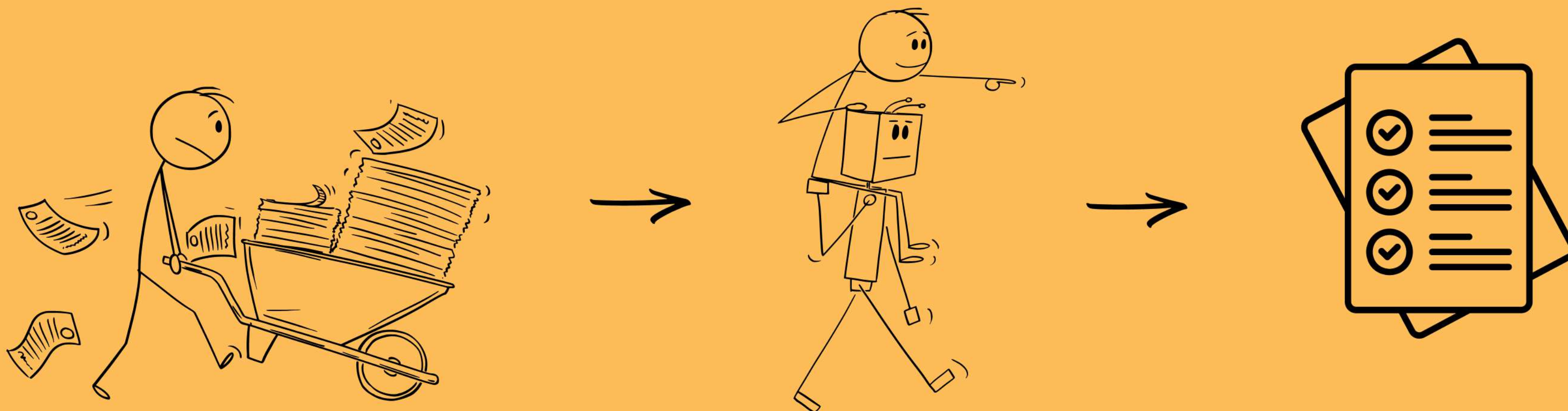
B - Resumo da deliberação

C - Destaque no vídeo



A1

O consultor ou gabinete
que elabora o relatório
legislativo resume o
relatório usando
IA gratuita



CLAUDE (GRATUITO)

Confere (revisão humana) e copia o resumo gerado

Legislative Report Summary Guide

DOC-SF251050906201-20250826.pdf214 linhasPDF

AB

Você receberá o **relatório legislativo** de uma proposição (contendo relatório, análise, voto, emendas e/ou substitutivo).

Tarefa Produzir um resumo objetivo, claro e acessível ao cidadão comum.

Instruções

1. Identifique o tipo, número e ano da proposição e a ementa no próprio relatório (sem inventar nem alterar).

2. Sintetize as informações em três blocos:

* **Contexto e análise do relator** → o que o projeto trata e os pontos principais avaliados.

* **Posição do relator** → se foi favorável ou contrário, com ou sem alterações.

* **Alterações propostas** → emendas e substitutivo (ou "não houve alterações").

3. Use frases curtas, simples e acessíveis para o público geral.

Formato de saída:

Resumo do relatório legislativo – [Tipo e número da proposição] Item analisado: [ementa]

1. Contexto e análise do relator [resumo]

2. Posição do relator [resumo]

3. Alterações propostas [resumo ou "não houve"]

Editar

Resumo do Relatório Legislativo - PL 4.089/2023

Documento

Tentar novamente

O Claude pode cometer erros. Confira sempre as respostas.

Responder ao Claude...

Claude Sonnet 4

CopiarPublicar

Resumo do relatório legislativo – PL 4.089/2023

Item analisado: Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

1. Contexto e análise do relator

O projeto trata de duas questões importantes relacionadas ao crédito consignado:

Primeira questão: Vedar que bancos e financeiras concedam empréstimos consignados sem autorização expressa do beneficiário. Isso acontece principalmente com aposentados e servidores públicos que recebem valores em suas contas sem ter solicitado.

Segunda questão: Considerar discriminação contra idosos quando bancos exigem comparecimento pessoal apenas deles, criando dificuldades extras que não são impostas a outros clientes.

O relator avaliou que o projeto está correto do ponto de vista constitucional e jurídico. Ele destacou que essas práticas são abusivas porque aproveitam da vulnerabilidade dos consumidores, especialmente idosos, levando ao endividamento sem consentimento.

2. Posição do relator

O relator foi **favorável** ao projeto, mas **com alterações**.

Ele concordou que é necessário proibir a concessão de crédito sem autorização e considerar discriminatória a exigência de comparecimento físico apenas para idosos. No entanto, propôs mudanças para tornar o texto mais claro e efetivo na proteção dos consumidores.

3. Alterações propostas

O relator apresentou **cinco emendas** que fazem as seguintes mudanças principais:

- **Multa automática:** Bancos que depositarem valores sem autorização pagarão multa de 10% do valor depositado.

A2

**Cola o resumo gerado
em campo específico
no Sedol/Legis ao
cadastrar o relatório**
(campo a ser criado)



A3

**O resumo do relatório
passa a ser exibido na
página da tramitação e na
página da reunião quando
for pautado**



PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO SEM RESUMO DO RELATÓRIO)

26/08/2025	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação:	INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação:	Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 27/08/2025.
26/08/2025	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação:	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação:	Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. 📄 Relatório Legislativo
10/07/2025	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação:	MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação:	Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar (art. 129 do RISF).

PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO COM RESUMO DO RELATÓRIO)

26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 27/08/2025.

26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação: Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
[📄 Relatório Legislativo](#)

[Resumo do relatório \(gerado por IA\)](#)



10/07/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação: Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar (art. 129 do RISF)



PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO COM RESUMO DEPOIS DE CLICADO)

26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 27/08/2025.

26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação: Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
[Relatório Legislativo](#)

Resumo do relatório (gerado por IA)



1. Contexto e análise do relator

O projeto trata de duas questões importantes relacionadas ao crédito consignado:

Primeira questão: Vedar que bancos e financeiras concedam empréstimos consignados sem autorização expressa do beneficiário. Isso acontece principalmente com aposentados e servidores públicos que recebem valores em suas contas sem ter solicitado.

Segunda questão: Considerar discriminação contra idosos quando bancos exigem comparecimento pessoal apenas deles, criando dificuldades extras que não são impostas a outros clientes.

O relator avaliou que o projeto está correto do ponto de vista constitucional e jurídico. Ele destacou que essas práticas são abusivas porque aproveitam da vulnerabilidade dos consumidores, especialmente idosos, levando ao endividamento sem consentimento.

2. Posição do relator

O relator foi **favorável** ao projeto, mas **com alterações**.

Ele concordou que é necessário proibir a concessão de crédito sem autorização e considerar discriminatória a exigência de comparecimento físico apenas para idosos. No entanto, propôs mudanças para tornar o texto mais claro e efetivo na proteção dos consumidores.

3. Alterações propostas

O relator apresentou cinco emendas que fazem as seguintes mudanças principais:

- Multa automática: Bancos que depositarem valores sem autorização pagarão multa de 10% do valor depositado
- Prazo para justificativa: Instituições terão 45 dias (em vez de 60) para comprovar engano ou fraude

PÁGINA DA REUNIÃO ATUAL

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Ementa

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Relator

Senador Otto Alencar

Relatório

Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

PÁGINA DA REUNIÃO COM RESUMO DO RELATÓRIO

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Ementa

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Relator

Senador Otto Alencar

Relatório

Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Resumo do relatório (gerado por IA)

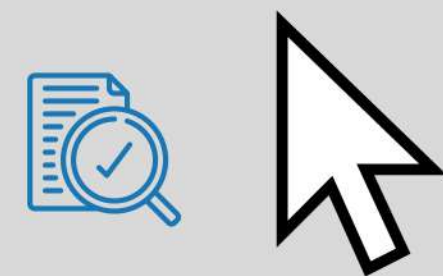


PÁGINA DA REUNIÃO COM RESUMO DO RELATÓRIO DEPOIS DE CLICADO

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Ementa	Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.
Relator	Senador Otto Alencar
Relatório	Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Resumo do relatório (gerado por IA)



1. Contexto e análise do relator

O projeto trata de duas questões importantes relacionadas ao crédito consignado:
Primeira questão: Vedar que bancos e financeiras concedam empréstimos consignados sem autorização expressa do beneficiário. Isso acontece principalmente com aposentados e servidores públicos que recebem valores em suas contas sem ter solicitado.
Segunda questão: Considerar discriminação contra idosos quando bancos exigem comparecimento pessoal apenas deles, criando dificuldades extras que não são impostas a outros clientes.
O relator avaliou que o projeto está correto do ponto de vista constitucional e jurídico. Ele destacou que essas práticas são abusivas porque aproveitam da vulnerabilidade dos consumidores, especialmente idosos, levando ao endividamento sem consentimento.

2. Posição do relator

O relator foi **favorável** ao projeto, mas **com alterações**.
Ele concordou que é necessário proibir a concessão de crédito sem autorização e considerar discriminatória a exigência de comparecimento físico apenas para idosos. No entanto, propôs mudanças para tornar o texto mais claro e efetivo na proteção dos consumidores.

3. Alterações propostas

O relator apresentou cinco emendas que fazem as seguintes mudanças principais:

- Multa automática: Bancos que depositarem valores sem autorização pagarão multa de 10% do valor depositado
- Prazo para justificativa: Instituições terão 45 dias (em vez de 60) para comprovar engano ou fraude
- Destino da multa: Recursos vão para o Fundo de Defesa do Consumidor e Fundo Nacional do Idoso

RESUMO COMPLETO

Resumo do relatório (gerado por IA)



1. Contexto e análise do relator

O projeto trata de duas questões importantes relacionadas ao crédito consignado:

Primeira questão: Vedar que bancos e financeiras concedam empréstimos consignados sem autorização expressa do beneficiário. Isso acontece principalmente com aposentados e servidores públicos que recebem valores em suas contas sem ter solicitado.

Segunda questão: Considerar discriminação contra idosos quando bancos exigem comparecimento pessoal apenas deles, criando dificuldades extras que não são impostas a outros clientes.

O relator avaliou que o projeto está correto do ponto de vista constitucional e jurídico. Ele destacou que essas práticas são abusivas porque aproveitam da vulnerabilidade dos consumidores, especialmente idosos, levando ao endividamento sem consentimento.

2. Posição do relator

O relator foi **favorável** ao projeto, mas **com alterações**.

Ele concordou que é necessário proibir a concessão de crédito sem autorização e considerar discriminatória a exigência de comparecimento físico apenas para idosos. No entanto, propôs mudanças para tornar o texto mais claro e efetivo na proteção dos consumidores.

3. Alterações propostas

O relator apresentou cinco emendas que fazem as seguintes mudanças principais:

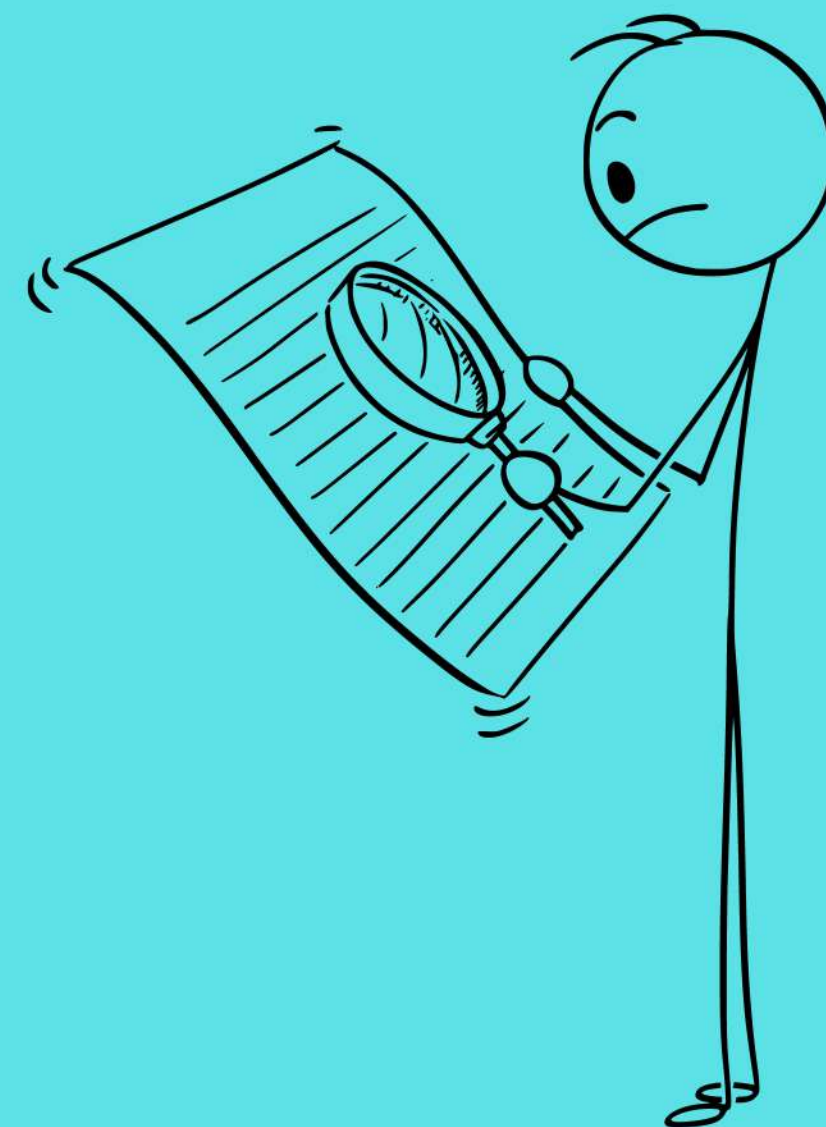
- Multa automática: Bancos que depositarem valores sem autorização pagarão multa de 10% do valor depositado
- Prazo para justificativa: Instituições terão 45 dias (em vez de 60) para comprovar engano ou fraude
- Destino da multa: Recursos vão para o Fundo de Defesa do Consumidor e Fundo Nacional do Idoso
- Segurança nas contratações remotas: Obrigatoriedade de usar tecnologia para confirmar identidade (biometria ou dupla confirmação)
- Retirada da alteração no Estatuto do Idoso: A proteção contra discriminação ficará apenas nas leis específicas do crédito consignado

As alterações buscam tornar as punições mais rígidas e os procedimentos mais seguros para proteger melhor os consumidores.

B1

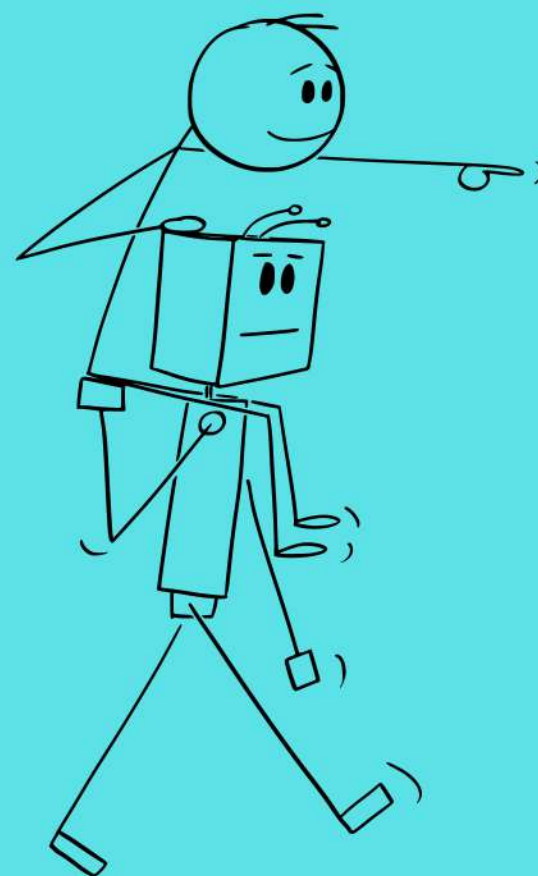
Após a revisão das notas taquigráficas da reunião deliberativa

(geralmente no dia seguinte após a reunião)



B2

Servidor da comissão ou SGM usa IA gratuita para resumir a deliberação de cada item da pauta



NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Notas Taquigráficas

27/08/2025 – 26ª – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Versão para
impressão

Horário

✓ Texto com revisão



09:16 **O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

R Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, Extraordinária.



Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

09:20 **A** presente reunião destina-se à deliberação de dez matérias. Eu sou o Relator em uma delas, o item 6. Eu pediria ao Senador Contarato que pudesse presidir e me desse a oportunidade de relatar essa matéria, que é o item 6 da pauta, enquanto os outros Senadores Relatores possam chegar para começarmos os trabalhos de apreciação das

R outras.



O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) - Bom dia a todos e todas. Para mim é uma honra estar aqui, na medida do possível, atendendo o meu querido e admirável Senador Otto Alencar.

Anuncio o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4089, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Servidor copia o trecho referente a um item da pauta

Horário

✓ Texto com revisão

09:16

⬆

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

R

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, Extraordinária.

🔊

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

09:20

⬆

A presente reunião destina-se à deliberação de dez matérias. Eu sou o Relator em uma delas, o item 6. Eu pediria ao Senador Contarato que pudesse presidir e me desse a oportunidade de relatar essa matéria, que é o item 6 da pauta, enquanto os outros Senadores Relatores possam chegar para começarmos os trabalhos de apreciação das outras.

R

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) - Bom dia a todos e todas. Para mim é uma honra estar aqui, na medida do possível, atendendo o meu querido e admirável Senador Otto Alencar.

Anuncio o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4089, DE 2023

- Não terminativo -

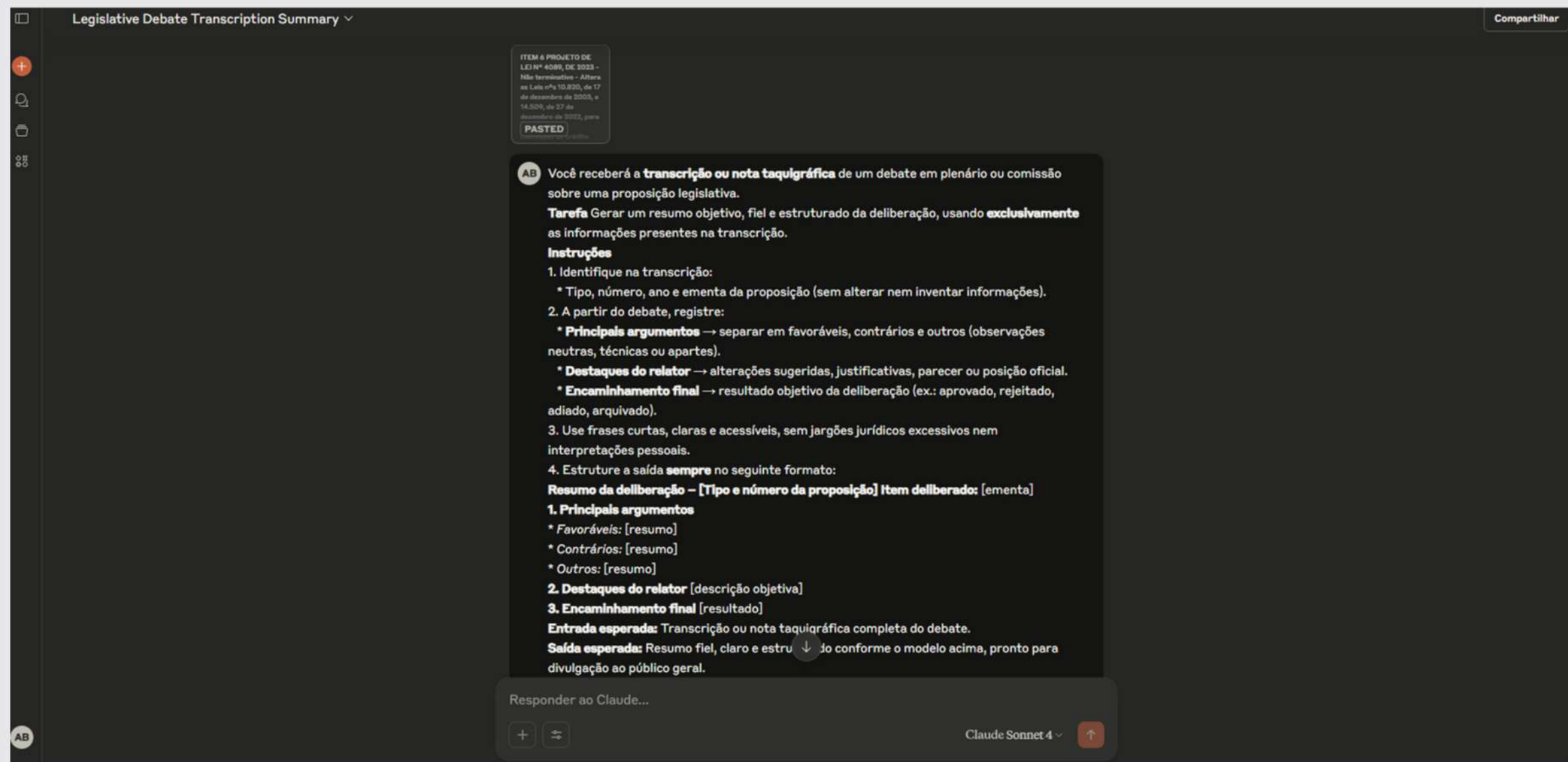
Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

CLAUDE (GRATUITO)

Cola o trecho das notas (e o resumo do relatório se houver) e um prompt padrão



CLAUDE (GRATUITO)

Confere (revisão humana) e copia o resumo gerado

Legislative Debate Transcription Summary

AB

Você receberá a **transcrição ou nota taquigráfica** de um debate em plenário ou comissão sobre uma proposição legislativa.

Tarefa Gerar um resumo objetivo, fiel e estruturado da deliberação, usando **exclusivamente** as informações presentes na transcrição.

Instruções

- Identifique na transcrição:
 - * Tipo, número, ano e ementa da proposição (sem alterar nem inventar informações).
- A partir do debate, registre:
 - * **Principais argumentos** → separar em favoráveis, contrários e outros (observações neutras, técnicas ou apartes).
 - * **Destaques do relator** → alterações sugeridas, justificativas, parecer ou posição oficial.
 - * **Encaminhamento final** → resultado objetivo da deliberação (ex.: aprovado, rejeitado, adiado, arquivado).
- Use frases curtas, claras e acessíveis, sem jargões jurídicos excessivos nem interpretações pessoais.
- Estruture a saída **sempre** no seguinte formato:
Resumo da deliberação – [Tipo e número da proposição] Item deliberado: [ementa]
1. Principais argumentos
 - * *Favoráveis:* [resumo]
 - * *Contrários:* [resumo]
 - * *Outros:* [resumo]**2. Destaques do relator** [descrição objetiva]
3. Encaminhamento final [resultado]
Entrada esperada: Transcrição ou nota taquigráfica completa do debate.
Saída esperada: Resumo fiel, claro e estruturado conforme o modelo acima, pronto para divulgação ao público geral.

Resumo da deliberação – PL 4089/2023

Documento

O resumo foi estruturado conforme solicitado. baseando-se exclusivamente nas informações

Responder ao Claude...

+

≡

Claude Sonnet 4

↑

Copiar

Publicar

Resumo da deliberação – PL 4089/2023

Item deliberado: Altera as Leis nºs 10.820/2003 e 14.509/2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.

1. Principais argumentos

Favoráveis:

- A concessão de crédito consignado sem autorização expressa do beneficiário deve ser vedada, pois não comprova a vontade do contratante, requisito essencial para o contrato.
- A prática leva ao endividamento excessivo e injustificado, especialmente de idosos e aposentados considerados hipervulneráveis.
- Bancos têm acesso indevido a informações de aposentados antes mesmo deles saberem do próprio processo, depositando valores sem autorização e iniciando descontos automáticos.
- É necessário estabelecer sanções para coibir a "indústria fraudulenta" de crédito consignado que vitima pessoas vulneráveis.
- A exigência de comparecimento físico apenas para idosos constitui discriminação e gera dificuldades financeiras e físicas.

Contrários:

- Não houve argumentos contrários à proposta durante o debate.

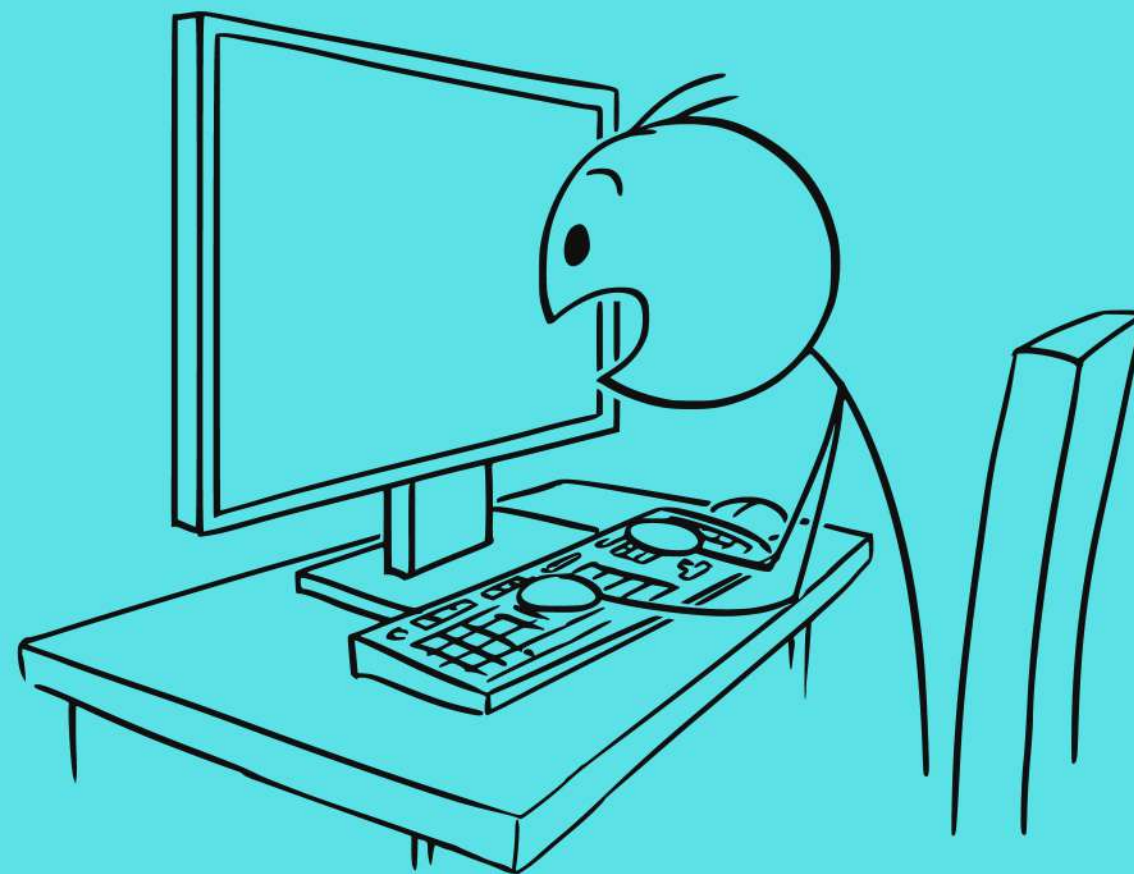
Outros:

- Sugestão de ampliar o termo "biometria" para incluir tecnologias similares (reconhecimento facial, íris, fluxo sanguíneo) para evitar necessidade de atualização futura da legislação.
- Reconhecimento de que apenas uma minoria das instituições financeiras pratica fraudes, mas que causa grande prejuízo e aumenta custos das operações legítimas.

2. Destaques do relator

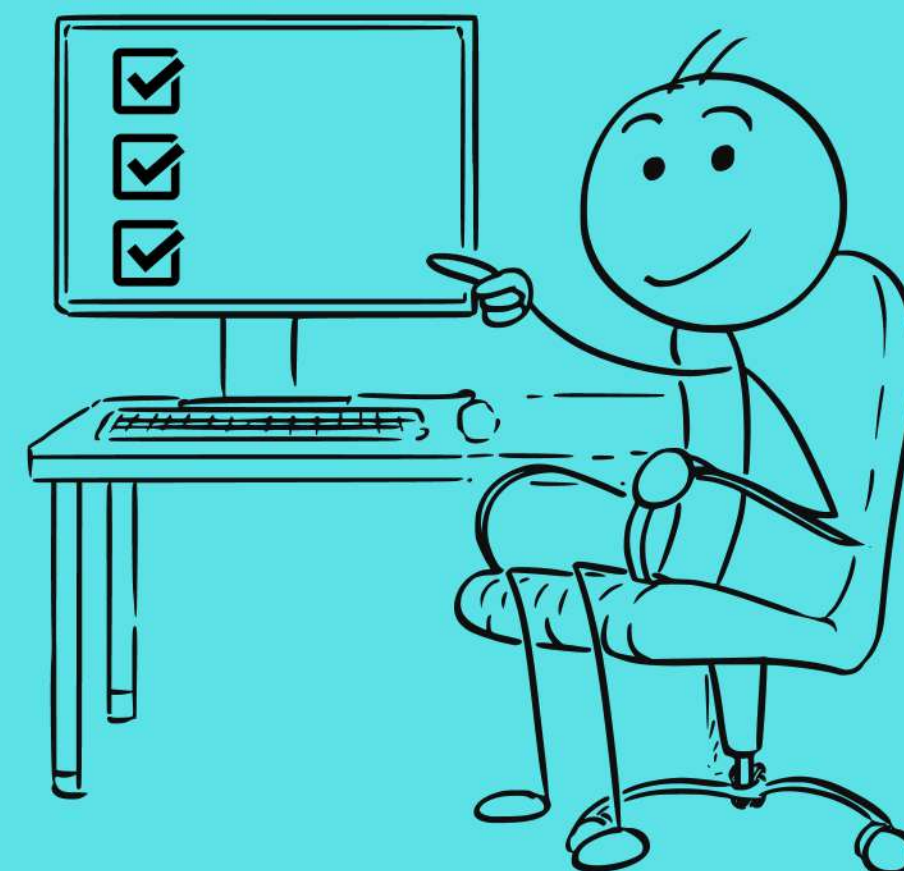
B3

**Cola o resumo
gerado em campo
específico no
Comiss ou Legis**
(campo a ser criado)



B4

O resumo passa a ser exibido na página da reunião e na tramitação da proposição



PÁGINA DA REUNIÃO ATUAL

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Aprovado o relatório ✔

Ementa	Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.
Relator	Senador Otto Alencar
Relatório	Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.
Observação	- <i>Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Otto Alencar.</i>

7 - PL 5490/2023 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 5490/2023

Aprovado com emendas ✔

Ementa	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.
Relator	Senador Marcio Bittar
Relatório	Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com duas emendas de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3.
Resultado	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 4-CCJ e as Emendas de redação nºs 5-CCJ e 6-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 3.

8 - PL 116/2020 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 116/2020

Adiado ✔

Ementa	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.
Relator	Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório	Pela aprovação do Projeto.
Resultado	Adiado

PÁGINA DA REUNIÃO COM RESUMO

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Aprovado o relatório ✓

Ementa	Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.
Relator	Senador Otto Alencar
Relatório	Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.
Observação	- Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Otto Alencar.

Resumo da deliberação (gerado por IA)



7 - PL 5490/2023 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 5490/2023

Aprovado com emendas ✓

Ementa	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.
Relator	Senador Marcio Bittar
Relatório	Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com duas emendas de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3.
Resultado	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 4-CCJ e as Emendas de redação nºs 5-CCJ e 6-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 3.

Resumo da deliberação (gerado por IA)



8 - PL 116/2020 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 116/2020

Adiado ✓

Ementa	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.
Relator	Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório	Pela aprovação do Projeto.

PÁGINA DA REUNIÃO COM RESUMO DEPOIS DE CLICADO

6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Aprovado o relatório ✓

Ementa	Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.
Relator	Senador Otto Alencar
Relatório	Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.
Observação	- <i>Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Otto Alencar.</i>

Resumo da deliberação (gerado por IA) 🔍

1. Principais argumentos

Favoráveis:

- A concessão de crédito consignado sem autorização expressa do beneficiário deve ser vedada, pois não comprova a vontade do contratante, requisito essencial para o contrato.
- A prática leva ao endividamento excessivo e injustificado, especialmente de idosos e aposentados considerados hipervulneráveis.
- Bancos têm acesso indevido a informações de aposentados antes mesmo deles saberem do próprio processo, depositando valores sem autorização e iniciando descontos automáticos.
- É necessário estabelecer sanções para coibir a "indústria fraudulenta" de crédito consignado que vitima pessoas vulneráveis.
- A exigência de comparecimento físico apenas para idosos constitui discriminação e gera dificuldades financeiras e físicas.

Contrários:

- Não houve argumentos contrários à proposta durante o debate.

Outros:

- Sugestão de ampliar o termo "biometria" para incluir tecnologias similares (reconhecimento facial, íris, fluxo sanguíneo) para evitar necessidade de atualização futura da legislação.
- Reconhecimento de que apenas uma minoria das instituições financeiras pratica fraudes, mas que causa grande prejuízo e aumenta custos das operações legítimas.

2. Destaques do relator

O Senador Otto Alencar apresentou parecer favorável ao projeto com cinco emendas principais:

- Alteração na ementa para suprimir referência ao Estatuto do Idoso, aplicando as regras de forma mais abrangente.
- Isenção de encargos para beneficiários que receberem valores sem solicitar operações de crédito consignado.
- Multa automática de 10% do valor depositado para instituições que concedem crédito sem autorização, revertida para o Fundo de Defesa do Consumidor e Fundo Nacional do Idoso.



RESUMO COMPLETO

Resumo da deliberação (gerado por IA)



1. Principais argumentos

Favoráveis:

- A concessão de crédito consignado sem autorização expressa do beneficiário deve ser vedada, pois não comprova a vontade do contratante, requisito essencial para o contrato.
- A prática leva ao endividamento excessivo e injustificado, especialmente de idosos e aposentados considerados hipervulneráveis.
- Bancos têm acesso indevido a informações de aposentados antes mesmo deles saberem do próprio processo, depositando valores sem autorização e iniciando descontos automáticos.
- É necessário estabelecer sanções para coibir a "indústria fraudulenta" de crédito consignado que vitima pessoas vulneráveis.
- A exigência de comparecimento físico apenas para idosos constitui discriminação e gera dificuldades financeiras e físicas.

Contrários:

- Não houve argumentos contrários à proposta durante o debate.

Outros:

- Sugestão de ampliar o termo "biometria" para incluir tecnologias similares (reconhecimento facial, íris, fluxo sanguíneo) para evitar necessidade de atualização futura da legislação.
- Reconhecimento de que apenas uma minoria das instituições financeiras pratica fraudes, mas que causa grande prejuízo e aumenta custos das operações legítimas.

2. Destaques do relator

O Senador Otto Alencar apresentou parecer favorável ao projeto com cinco emendas principais:

- Alteração na ementa para suprimir referência ao Estatuto do Idoso, aplicando as regras de forma mais abrangente.
- Isenção de encargos para beneficiários que receberem valores sem solicitar operações de crédito consignado.
- Multa automática de 10% do valor depositado para instituições que concedem crédito sem autorização, revertida para o Fundo de Defesa do Consumidor e Fundo Nacional do Idoso.
- Exigência de biometria ou tecnologias similares para confirmação de identidade em contratações remotas, visando inibir fraudes.
- Caracterização como discriminatória a exigência de comparecimento físico apenas para idosos nas operações de crédito consignado.
- Prazo de 45 dias para instituições comprovarem engano justificável ou fraude sem sua participação.

3. Encaminhamento final

Aprovado o relatório do Senador Otto Alencar com as cinco emendas apresentadas. O relator solicitou ainda requerimento de urgência para apreciação da matéria.



PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO SEM RESUMO)

Regimento Interno do Senado.

O sobredito requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Concluída a instrução da matéria, o presente projeto aguarda inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

27/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação:

Encerrada a relatoria do Senador Otto Alencar por deliberação da matéria.

À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

27/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação:

Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Otto Alencar passa a Presidência ao Senador Fabiano Contarato.

A Comissão aprova o Relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a nº 5-CCJ.

A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Otto Alencar, de URGÊNCIA para a matéria.

 [Publicado no DSF Páginas 239-249 – DSF nº 137](#)

 [REQ 44/2025 – CCJ](#)

 [P.S 38/2025 – CCJ](#)

26/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação:

Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 27/08/2025.

26/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação:




Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

 [Relatório Legislativo](#)

PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO COM RESUMO)

Regimento Interno do Senado.
O sobredito requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.
Concluída a instrução da matéria, o presente projeto aguarda inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

27/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Encerrada a relatoria do Senador Otto Alencar por deliberação da matéria.
À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

27/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO
Ação: Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Otto Alencar passa a Presidência ao Senador Fabiano Contarato. A Comissão aprova o Relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1–CCJ a nº 5–CCJ.
A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2025–CCJ, de autoria do Senador Otto Alencar, de URGÊNCIA para a matéria.
 [Publicado no DSF Páginas 239–249 – DSF nº 137](#)
 REQ 44/2025 – CCJ
 P.S 38/2025 – CCJ

Resumo da deliberação (gerado por IA)



26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pendada para o dia 27/08/2025.

26/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação: Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO COM RESUMO DEPOIS DE CLICADO)

27/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Encerrada a relatoria do Senador Otto Alencar por deliberação da matéria.
À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

27/08/2025 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO
Ação: Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Otto Alencar passa a Presidência ao Senador Fabiano Contarato. A Comissão aprova o Relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1–CCJ a nº 5–CCJ.
A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2025–CCJ, de autoria do Senador Otto Alencar, de URGÊNCIA para a matéria.
[Publicado no DSF Páginas 239–249 – DSF nº 137](#)
[REQ 44/2025 – CCJ](#)
[P.S 38/2025 – CCJ](#)

Resumo da deliberação (gerado por IA)



1. Principais argumentos

Favoráveis:

- A concessão de crédito consignado sem autorização expressa do beneficiário deve ser vedada, pois não comprova a vontade do contratante, requisito essencial para o contrato.
- A prática leva ao endividamento excessivo e injustificado, especialmente de idosos e aposentados considerados hipervulneráveis.
- Bancos têm acesso indevido a informações de aposentados antes mesmo deles saberem do próprio processo, depositando valores sem autorização e iniciando descontos automáticos.
- É necessário estabelecer sanções para coibir a "indústria fraudulenta" de crédito consignado que vitima pessoas vulneráveis.
- A exigência de comparecimento físico apenas para idosos constitui discriminação e gera dificuldades financeiras e físicas.

Contrários:

- Não houve argumentos contrários à proposta durante o debate.

Outros:



Jabuti

**Nessa parte da proposta,
não há uso de IA.**



C1

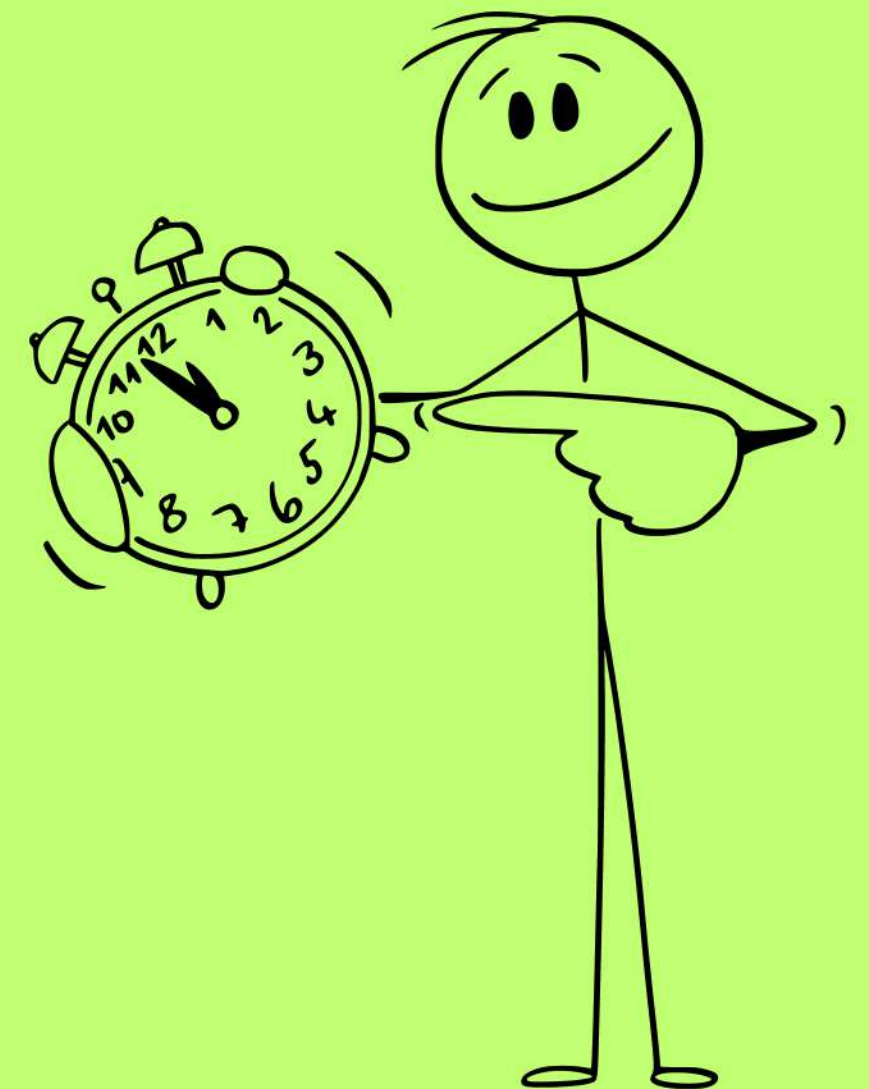
No dia seguinte, após o encerramento da reunião.

**Por que no dia seguinte?
O vídeo do Youtube demora
algumas horas para ser processado**



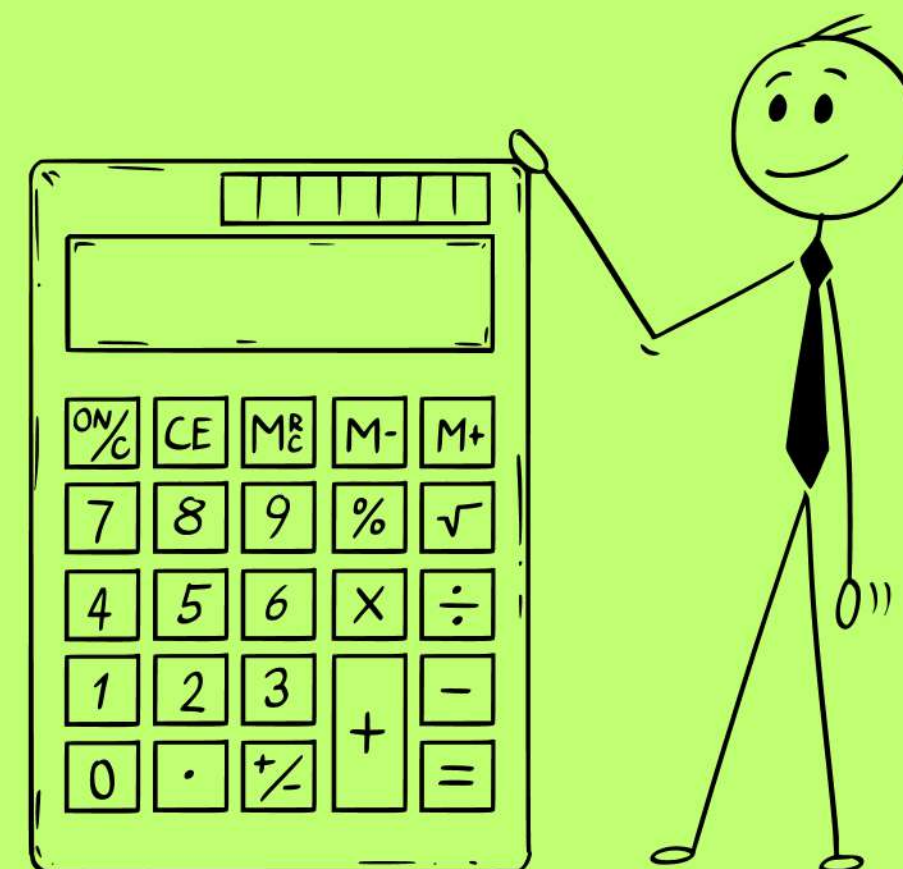
C2

Servidor da comissão ou SGM registra somente o tempo do vídeo (Youtube) em que o primeiro item foi deliberado



C3

O sistema calcula o tempo do vídeo do início da deliberação de todos os itens com base no primeiro



COMO O SISTEMA FUNCIONARIA?

Isso já é registrado pelo sistema quando o servidor coloca um item em deliberação durante a reunião

	HORA DO INÍCIO DA DELIBERAÇÃO	TEMPO DO VÍDEO
ITEM 1	09:20	
ITEM 2	09:40	
ITEM 3	10:00	



COMO O SISTEMA FUNCIONARIA?

Isso já é registrado pelo sistema quando o servidor coloca um item em deliberação durante a reunião

	HORA DO INÍCIO DA DELIBERAÇÃO	TEMPO DO VÍDEO
ITEM 1	09:20	00:05:00
ITEM 2	09:40	
ITEM 3	10:00	

Único registro feito pelo servidor no dia seguinte à reunião



COMO O SISTEMA FUNCIONARIA?

Isso já é registrado pelo sistema quando o servidor coloca um item em deliberação durante a reunião

	HORA DO INÍCIO DA DELIBERAÇÃO	TEMPO DO VÍDEO	
ITEM 1	09:20	00:05:00	Único registro feito pelo servidor no dia seguinte à reunião
ITEM 2	09:40	00:25:00	Cálculo automático feito pelo sistema
ITEM 3	10:00	00:45:00	



PÁGINA DA REUNIÃO ATUAL

26ª Reunião, Extraordinária - CCJ

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Comissão Permanente

27/08/2025 às 09h | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 **Realizada**

Pauta | Resultado | Notas taquigráficas | Mais

Comissão de Constituição e Justiça analisa projetos de l...

Assistir m... | Compartilhar...

TV Senado é parcialmente ou totalmente financiada pelo governo do Brasil.

CCJ

Comissão de Constituição e Justiça

Assistir no YouTube

tvsenado

CCJ

27/08/2025 09:00

- Trechos
- 1m3s

Otto Alencar

Presidente Senador PSD-BA

0m51s

Fabiano Contarato

Presidente Senador PT-ES

9m46s

Otto Alencar

Relator Senador PSD-BA

0m18s

Fabiano Contarato

Presidente Senador PT-ES

2m16s

Izalci Lucas

Senador PL-DF

Deliberativa | Registro de presença

Itens da Pauta

1 - PL 2875/2025 Ver PL 2875/2025		Aprovado o relatório
Ementa	Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.	
Relator	Senador Rodrigo Pacheco	
Relatório	Favorável ao Projeto.	
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Vota contrário o Senador Eduardo Girão.	
Observação	- Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco.	



PÁGINA DA REUNIÃO COM BOTÃO PARA RODAR O VÍDEO

26ª Reunião, Extraordinária - CCJ

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Comissão Permanente

27/08/2025 às 09h | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 **Realizada**

Pauta | Resultado | Notas taquigráficas | Mais ▾



Trechos

- Otto Alencar**
Presidente Senador PSD-BA
1m3s
- Fabiano Contarato**
Presidente Senador PT-ES
0m51s
- Otto Alencar**
Relator Senador PSD-BA
9m46s
- Fabiano Contarato**
Presidente Senador PT-ES
0m18s
- Izalci Lucas**
Senador PL-DF
2m16s

Deliberativa

Registro de presença

Itens da Pauta

1 - PL 2875/2025 🔍 | 🔗 Ver PL 2875/2025

Aprovado o relatório ✓

Ementa	Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
Relator	Senador Rodrigo Pacheco
Relatório	Favorável ao Projeto.
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Vota contrário o Senador Eduardo Girão.
Observação	- Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco.



Assistir trecho



PÁGINA DA REUNIÃO COM BOTÃO PARA RODAR



Assistir trecho



Assistir trecho



6 - PL 4089/2023 🔍 | 🔗 Ver PL 4089/2023

Aprovado o relatório ✓

Ementa	Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para dispor sobre a concessão de crédito consignado sem autorização do beneficiário, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para caracterizar como prática discriminatória a conduta que especifica.
Relator	Senador Otto Alencar
Relatório	Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.
Resultado	Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.
Observação	- Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Otto Alencar.

Resumo da deliberação (gerado por IA)



7 - PL 5490/2023 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 5490/2023

Aprovado com emendas ✓

Ementa	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.
Relator	Senador Marcio Bittar
Relatório	Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 2 e 4, com duas emendas de redação que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 3.
Resultado	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 4-CCJ e as Emendas de redação nºs 5-CCJ e 6-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 3.

Resumo da deliberação (gerado por IA)



8 - PL 116/2020 🔍 | **T** *Apreciação terminativa* ⓘ | 🔗 Ver PL 116/2020

Adiado ✓

Ementa	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.
Relator	Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório	Pela aprovação do Projeto.

PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO SEM VÍDEO)

Regimento Interno do Senado.

O sobredito requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Concluída a instrução da matéria, o presente projeto aguarda inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

27/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação:

Encerrada a relatoria do Senador Otto Alencar por deliberação da matéria.

À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

27/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação:

Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Otto Alencar passa a Presidência ao Senador Fabiano Contarato.

A Comissão aprova o Relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a nº 5-CCJ.

A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Otto Alencar, de URGÊNCIA para a matéria.

 [Publicado no DSF Páginas 239-249 – DSF nº 137](#)

 [REQ 44/2025 – CCJ](#)

 [P.S 38/2025 – CCJ](#)

26/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação:

Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 27/08/2025.

26/08/2025

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação:

PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação:

Recebido o Relatório do Senador Otto Alencar, com voto favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

 [Relatório Legislativo](#)

PÁGINA DA PROPOSIÇÃO (TRAMITAÇÃO COM VÍDEO DO TRECHO)

- 27/08/2025** CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Encerrada a relatoria do Senador Otto Alencar por deliberação da matéria.
À SLSF, para prosseguimento da tramitação.
- 27/08/2025** CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO
Ação: Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, o Senador Otto Alencar passa a Presidência ao Senador Fabiano Contarato. A Comissão aprova o Relatório do Senador Otto Alencar, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1–CCJ a nº 5–CCJ.
A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2025–CCJ, de autoria do Senador Otto Alencar, de URGÊNCIA para a matéria.
[Publicado no DSF Páginas 239–249 – DSF nº 137](#)
[REQ 44/2025 – CCJ](#)
[P.S 38/2025 – CCJ](#)

Resumo da deliberação (gerado por IA)



TODOS GANHAM

01
—



SENADO

A imagem do Senado como Instituição fica melhor perante a população, por oferecer mais facilidade e transparência em suas informações.

02
—



SENADORES

Os senadores poderão ser mais bem compreendidos por suas bases eleitorais acerca dos seus posicionamentos nas deliberações

03
—



SOCIEDADE

Os cidadãos podem entender e acompanhar com mais facilidade as decisões e discussões dos parlamentares



**Custo zero
IA gratuita**

**Implementação depende
de pequenos ajustes no
Comiss e Legis e Sedol**

PROPOSTA DE

ALISSON BRUNO

